

## Um novo diálogo

Guilherme d'Oliveira Martins

O presente texto sobre *convergência democrática* entre a Europa e América Latina pretende apresentar algumas pistas de reflexão, com o objectivo de se criarem condições para um maior e melhor intercâmbio institucional e político entre as nossas duas regiões continentais. Antes do mais, há que referir que temos um longo caminho a percorrer já que existem resistências a superar, agravadas pelo facto de a abertura europeia, depois das *revoluções de 1989*, ter passado a exigir um esforço significativo de apoio ao desenvolvimento no centro e leste do velho continente. Esta circunstância veio coincidir com as dificuldades sentidas na América Latina no final dos anos oitenta – a «década perdida para o desenvolvimento» no diagnóstico da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) – o que obriga, nos anos noventa, a um redobrado empenhamento.

Nestes termos, há que iniciar um novo tipo de diálogo, que tenha em consideração as dificuldades existentes de parte a parte e a necessidade de garantir um melhor conhecimento mútuo das realidades da Europa e da América Latina. Há barreiras que dificultam a cooperação e que têm a ver, para os europeus, com a tendência para sobrevalorizarem os seus problemas de integração político-económica e de alargamento comunitário, e para os latino-americanos, com a urgência que têm em encontrar instituições e estruturas que compatibilizem democracia e desenvolvimento. Isto mesmo exige que europeus e latino-americanos iniciem um diálogo durável e que vá além da repetição de grandes princípios ou de uma solidariedade puramente formal, sem consequências práticas. Diálogo que deverá ter como fulcros a protecção dos direitos e liberdades fundamentais e a cooperação entre espaços económicos supranacionais, na perspectiva do desenvolvimento.

Para tanto, há que evitar todas as ilusões sobre o que aproxima e separa Europa e América Latina. A repetição de declarações, meramente formais de amizade e cooperação, esconde muitas vezes resistências e indiferenças que urge superar.

É evidente que temos raízes culturais e históricas que nos aproximam, há uma herança comum de que nos reivindicamos, com especial destaque para os países do sul da Europa, há a proximidade linguística, há os fluxos populacionais, as comunidades migrantes. Tudo isso aproxima as nossas comunidades de destino. Todavia, também há a referir a tradição de autonomia do continente americano, as desconfianças em relação aos antigos colonizadores, as ligações contraditórias, mas indeléveis aos Estados Unidos (bem patente nas reacções à *Iniciativa para as Américas* do Presidente Bush), bem como a especificidade dos problemas da justiça social e do desenvolvimento da América Latina. Nenhum desses pontos pode deixar de estar presente na efectivação do diálogo que nos ocupa.

## **Assumir as consequências da multipolaridade**

Importa, porém, assumir claramente as consequências da multipolaridade no diálogo euro-latino-americano – no momento em que, finda a *guerra fria*, temos de criar novos equilíbrios planetários, assentes numa legitimidade baseada nos valores democráticos e no respeito dos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

E se pomos a ênfase na legitimidade democrática não esquecemos, no caso da América Latina, que importa ter presente que a democracia, além de política tem de ser social – como insistiu pioneiramente Simon Bolívar -, tratando-se de satisfazer as necessidades básicas, envolvendo a renegociação dos compromissos da dívida em condições que não agravem a recessão económica, estancando os problemas da especulação, da corrupção, da fuga de capitais e divisas, e encarando a redefinição do papel do Estado, a atracção de capitais e de novas tecnologias, com vista à retoma do desenvolvimento.

A cooperação democrática, num contexto de multipolaridade, não pode, pois, ater-se exclusivamente às questões formais. Mas, para que a multipolaridade tenha consequências positivas, é indispensável que os equilíbrios geo-estratégicos se baseiem na criação de pólos de desenvolvimento, com influência política e económica. E o certo é que a Comissão Económica para a América Latina tem insistido na necessidade de uma maior competitividade económica, a obter menos pela baixa de salários do que pela incorporação de novos progressos tecnológicos. Do mesmo modo, tem sido salientada a necessidade da ligação entre a transformação dos sistemas produtivos e a educação, assim como a importância das infra-estruturas tecnológica, energética e de transportes. Isto, sem esquecer as relações entre o sistema produtivo e a preservação do meio ambiente e as relações entre as transformações e a redução das desigualdades económicas e sociais.

Todavia, no plano político há que estabelecer relações diversificadas, desde as relações continentais inter-americanas, às relações atlânticas sul-norte e sul-sul, passando pelas relações no âmbito do Pacífico. O progresso económico e social exige diversificação nas relações políticas internacionais.

## **Um método baseado em estruturas leves de cooperação**

Constituirá, porém, um erro a criação de estruturas de cooperação pesadas e fortemente institucionalizadas, designadamente através da constituição de novas organizações internacionais, no âmbito euro-latino-americano. Num momento em que o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) dá os primeiros passos e em que a integração económica passa a ser encarada na América do sul como um poderoso meio de intercâmbio económico e financeiro e de coordenação de acções, num contexto de livre circulação de bens, serviços e capitais, necessário se toma criar formas leves de cooperação e de informação mútua – abrangendo os seguintes aspectos: direitos, liberdades e garantias fundamentais; diálogo cultural, científico e universitário; cooperação económica, livre circulação e desenvolvimento. Para assegurar a cooperação e a informação toma-se necessário não só recorrer a organizações ou estruturas

pré-existentes, mas também a um conselho informal constituído não por representantes dos governos, mas sim por políticos, universitários, agentes económicos e sociais da Europa e da América Latina, em termos paritários, que possa abrir caminho às iniciativas concretas de intercâmbio e cooperação.

### **Cooperação no domínio dos direitos e liberdades fundamentais**

Quer o Conselho da Europa quer a Organização de Estados Americanos têm uma experiência de extrema utilidade no tocante à aplicação e ao respeito dos direitos, liberdades e garantias fundamentais. No âmbito das duas organizações há mecanismos que permitem o acesso directo dos cidadãos à protecção dos seus próprios direitos nos termos das Convenções de Direitos Humanos. Simultaneamente, o Parlamento Europeu, no âmbito da Comunidade Europeia, tem acompanhado, com interesse, as relações euro-latino-americanas, designadamente no domínio da cooperação respeitante a direitos humanos e às suas implicações políticas, económicas, sociais e culturais.

Assim, toma-se necessário aperfeiçoar os citados mecanismos de cooperação, operacionalizando-os, com o objectivo de alcançar, no futuro, uma protecção dos direitos fundamentais, abrangendo integralmente dois continentes (neste caso podendo chegar-se a uma cooperação não exclusivamente euro-latino-americana). As acções concretas dos órgãos internacionais ou supranacionais neste campo deveriam, deste modo ser acompanhadas e incentivadas pela já citada estrutura informal, que coordenaria a informação e que promoveria a apresentação de propostas no sentido de aprofundar a cooperação.

### **O diálogo cultural, científico e universitário**

Octávio Paz tem criticado asperamente a visão da cultura como um conjunto de práticas sociais, relativamente às quais o Estado está destinado a incentivá-las. Para o ensaísta mexicano, essa tendência tem a ver com a *cultura do espectáculo* e não com criação cultural – que por sua vez, se relaciona com a vocação plural das pessoas e com a riqueza da sua diversidade e autonomia. Octávio Paz desconfia, por isso, da palavra felicidade, «a que demos um excessivo peso no século XX. Grande parte das desventuras sofridas foram produto da tentativa dos governos imporem a felicidade. Decretar a comunhão obrigatória é a única maneira de fazer com que ninguém comungue. A felicidade é um conceito individual e objectivo, um ideal ético: razão pela qual a maior parte dos moralistas pensou que, para obtê-la, haveria que obedecer a um certo tipo de moral» (*Leonardo*, ed. espanhola, Abril 1992, p. 178). Há, perante esta visão do mundo, um diálogo cultural, com extensão aos aspectos científico, pedagógico e educacional, ou universitário, que urge destacar, e esse é o que visa o lançamento de acções comuns, envolvendo a difusão e protecção das línguas euro-latino-americanas, a protecção do património histórico e arquitectónico, o intercâmbio científico ou técnico, a intercomunicabilidade dos sistemas de ensino ou o incentivo à mobilidade universitária entre a Europa e a América Latina.

Visa-se em qualquer um destes pontos construir um modelo de cooperação baseado na interculturalidade e na solidariedade aberta entre sociedades que necessitam de se conhecer melhor, e que não podem continuar fechadas sobre si próprias, sobre os seus modelos e as suas concepções próprias. Para ultrapassar o eurocentrismo ou uma polarização quase exclusiva nas questões do subdesenvolvimento, há que compreender a multipolaridade como intercâmbio de experiências e de complexidades.

As causas do desenvolvimento e do diálogo entre os povos exigem que os ideais éticos sejam partilhados livremente – através de uma reflexão conjunta, envolvendo políticos, intelectuais, universitários, agentes de criação social, económica e cultural e da construção de projectos e acções comuns.

### **O desenvolvimento económico e social**

É, porém, indiscutível que a integração económica terá uma importância decisiva na intensificação dos elos entre os países da América Latina – a começar na realidade matricial do Mercosul, que irá alargar-se gradualmente – e na criação de novas condições de desenvolvimento e de atenuação de disparidades económicas e sociais. Não se trata, contudo, de criar apenas um espaço de livre circulação, mas também de incentivar acções comuns de desenvolvimento, para as quais a cooperação cultural, científica e técnica se revelarão indispensáveis. Deste modo, se é certo que a Europa se encontra demasiado absorvida com os novos problemas de integração do centro e do leste, a verdade é que há domínios em que a abertura aos outros continentes se revela como indispensável, não só em nome dos equilíbrios internos do continente europeu, mas também com os olhos postos na cooperação para o desenvolvimento e na criação de complementaridades económicas, que favoreçam mutuamente vantagens comparativas.

Não pode, porém, haver demasiadas ilusões, o período que atravessamos não é o mais favorável à orientação de fluxos financeiros importantes a partir da Europa para a América Latina, o que obriga a que a tónica do intercâmbio e da cooperação tenha de ser colocada na área política. Daí a necessidade de se avançar para a referida estrutura não formal, sem representantes directos dos governos, mas apoiada pelos governos dos Estados da Europa e da América Latina que a ela queiram aderir e pelas suas instituições supranacionais, com especial ênfase para os países do Mercosul e da Comunidade Europeia. Trata-se de abrir caminhos e de preparar as bases de uma primeira experiência de cooperação entre espaços supranacionais – que envolverá não apenas um relacionamento entre órgãos da Comunidade Europeia (Conselho, Comissão e Parlamento) e do Mercosul, mas a criação de um intercâmbio de experiências e o lançamento de acções comuns.

O futuro dirá até que ponto a estratégia mais correcta será a de uma cooperação privilegiada em tomo das questões da democracia e dos direitos humanos, da cultura, da ciência e da educação e do desenvolvimento económico e social. O certo, porém, é que se for possível criar uma comunicação entre a Europa e a América Latina, que se traduza em melhor conhecimento mútuo e na concepção e lançamento de acções comuns – dentro do possível e a partir de uma

visão realista do intercâmbio -, então poderá estar-se a abrir uma nova fase do relacionamento entre duas zonas geográficas, para as quais o isolamento tem sido uma desvantagem. Há diferenças e complementaridades que têm de ser compreendidas. Há vantagens comparativas que têm de ser aprofundadas. A convergência democrática obriga à cooperação entre cidadãos e instituições.

A reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Mercosul em Guimarães, Maio de 1992, com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia e a celebração do acordo de cooperação interinstitucional entre as duas organizações constituiu um momento especialmente importante para o estabelecimento de uma fecunda cooperação. Não é suficiente, porém, a diligência – do mesmo modo que o grupo do Rio de Janeiro, de âmbito mais amplo, não tem permitido abrir as perspectivas desejáveis. A necessidade maior neste momento é de informação mútua e deve assentar basicamente na realidade do Mercosul. Daí a aposta que privilegamos numa estrutura informal e multidisciplinar, envolvendo a cooperação jurídica, cultural, científica, bem como nos domínios essenciais do comércio internacional e do financiamento.